

OLHARES SOBRE O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E ACADÊMICO SURDO NO ENSINO SUPERIOR

Cassio Pereira Oliveira¹- IFES
Keli Simões Xavier Silva²- UFES

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir sobre a condição do tradutor intérprete de Libras - Português no Ensino Superior, pensado no projeto de surdos. Tal objetivo emerge a partir da problemática da falta de recursos que respeitem a singularidade linguística do acadêmico surdo e como isto pode interferir na sua apropriação de saberes que compõem o universo científico. Desta forma buscamos evidenciar o trabalho do tradutor intérprete de Libras como uma das possibilidades de empoderamento dos sujeitos surdos, que passam a ter acesso não só a aula interpretada, como também textos acadêmicos produzidos em língua de sinais e disponibilizados em vídeo. Para tanto, em um locus de pesquisa situado na região norte do Espírito Santo, mais especificamente no município de Linhares, empreendemos uma pesquisa bibliográfica e, a partir do recurso metodológico de observações e entrevistas semi-estruturadas, realizamos as entrevistas com intérpretes e acadêmicas surdas de uma instituição pública municipal de Ensino Superior. No desenvolvimento desse artigo, iniciamos a discussão falando sobre a ressignificação do ser surdo e a inserção deste no âmbito acadêmico, através da presença do tradutor intérprete de Libras – Português; posteriormente apresentamos aquilo que foi apreendido em nossos dados, descrevendo o contexto do tradutor intérprete de Libras - Português e o estudante surdo na situação pesquisada. Por fim, tecemos algumas considerações finais que, longe de concluir a discussão, aponta a necessidade de repensar a atuação do profissional, foco desse estudo, como um intelectual, na consolidação de práticas e políticas que fomentem a inclusão de surdos no Ensino Superior.

Palavras chave: Tradutor Intérprete de Libras. Surdo. Ensino Superior

Introdução

Este artigo objetiva discutir o tradutor intérprete de Libras - Português (TILP) no Ensino Superior, observando o contexto da inclusão de discentes surdos. Para tanto, buscamos apresentar como recorte dessa pesquisa, os dados colhidos em uma Instituição de Ensino Superior Municipal, localizada no município de Linhares - ES.

¹ Graduando em Letras-Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Atua como Tradutor e Intérprete de Libras na Secretaria Municipal de Educação de Linhares. Participa como estudante do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de surdos (GIPLES/CNPq) pela Universidade Federal do Espírito Santo.

² Doutoranda em Educação no PPGE/UFES. Professora Assistente do Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH /UFES/CEUNES). Membro do Grupo de Pesquisa em Libras e Educação de surdos (GIPLES/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Práticas Educativas em espaços escolares e não escolares (CNPq/UFES).

Destacamos que as discussões aqui abordadas foram (e continuam sendo) alicerçadas pelos estudos e debates realizados nos encontros do Grupo de Pesquisa Interinstitucional de Libras e Educação de Surdos - Giples/UFES, do qual fazemos parte e, onde elucidamos várias formas de enunciação discursiva que atravessam o campo da Educação, sobretudo da Educação de pessoas surdas.

Para prosseguirmos, utilizaremos como inspiração para esse texto-reflexão, as palavras de uma das mais importantes escritoras e pensadoras do século XX, Clarice Lispector, que descreve sobre o exercício do pensamento:

A arte de pensar sem riscos. Não fossem os caminhos da emoção a que leva o pensamento, pensar já teria sido catalogado como um dos modos de se divertir. Não se convidam amigos para o jogo por causa da cerimônia que se tem em pensar. O melhor modo é convidar apenas para uma visita, e, como quem não quer nada, pensa-se junto, no disfarçado das palavras (LISPECTOR, 2008, p.04).

Nesse texto, a autora descreve o ato do pensamento como um caminho sinuoso, carregado de emoções em seus diversos níveis. Pensar “fundo como grau máximo da brincadeira” proposta por Lispector compõe o corpo desse trabalho. É claro que os riscos desse fazer reflexivo, trás a tona questões que nem sempre estarão nítidas, sobretudo nas palavras e, nos coloca diante de novas vias de percursos atitudinais.

O fazer tradutório está intimamente ligado ao “brincar de pensar” e o TILP³ está imerso nessa tarefa toda vez que está diante das línguas envolvidas no processo desse acontecimento.

A partir de um estudo bibliográfico, selecionamos autores que dissertam acerca da inclusão de surdos no ensino superior (Lacerda e Gurgel, 2005), (Santos, 2016), e sobre o papel do intérprete educacional (Xavier, 2012), (Vieira-Machado e Santana, 2015) e Santos (2016). Objetivamos discutir o tradutor intérprete de Libras no Ensino Superior que visa a inclusão de discentes surdos. Realizamos observações e entrevistas semiestruturadas, que foram filmadas e posteriormente traduzidas, com intérpretes e acadêmicas

³ Quando o assunto tradutor intérprete de Libras é tratado, encontramos algumas siglas que falam sobre ele e seu saber fazer. Encontramos a nomenclatura Tradutor Intérprete de Língua de Sinais -TILS (SANTOS, 2006), Tradutor Intérprete de Libras - TIL (XAVIER, 2012) e Tradutor Intérprete de Língua de Sinais-Português (MARTINS, 2013). Neste estudo, por nos dedicarmos a discutir a tradução e interpretação da língua de sinais brasileira, utilizaremos a seguinte nomenclatura/sigla Tradutor Intérprete de Libras-Português - TILP.

surdas de uma instituição pública municipal de Ensino Superior, no município de Linhares- ES.

A academia, os Intérpretes e as Alunas Surdas

A educação de surdos no ensino superior na perspectiva inclusiva é um tema pouco explorado, dado o exposto que o ingresso nos ambientes acadêmicos amparados em dispositivos legais que orientam as instituições sobre o acesso desse público ainda estão em fase de consolidação.

A pesquisadora Lopes (2007) analisa o processo de inclusão dos alunos surdos e descreve de onde parte para falar sobre a surdez. Buscamos nesse texto dialogar com o mesmo direcionamento apontado pela autora quando entende a surdez como uma invenção. Partir desse pressuposto nos induz a pensar em diferentes questões que atravessam o cotidiano acadêmico surdo, não apenas simplesmente para abordar o tema de uma perspectiva outra, mas para construir um ponto de vista específico e tratar de maneira determinada a questão de como a surdez e, sobretudo o aluno surdo se encontra quando incluído no contexto acadêmico universitário. Dizer que a surdez é uma invenção e analisá-la como traço cultural implica algumas considerações apontadas por Lopes:

[...] entender a surdez como traço cultural não significa retirá-la do corpo, [...] nem mesmo significa o cultivo de uma condição primeira de não ouvir. Significa aqui pensar dentro de um campo em que sentidos são construídos em um coletivo que se mantém por aquilo que se inscreve sobre a superfície de um corpo (LOPES, 2007, p. 16).

Pensar a surdez sob essa ótica nos remete aquilo que Foucault (2002) denominou de reviravoltas do saber⁴. Na mesma lógica Vieira-Machado (2016) aborda a questão da inclusão de alunos surdos partindo das narrativas e experiências contadas pelos próprios surdos. Em sua análise, a autora, inspirada no conceito foucaultiano de saberes sujeitados, relaciona-os às narrativas até então relegadas à condição de inferiores, abaixo do nível de conhecimento, no caso específico da surdez, “o saber do deficiente auditivo”, do anormal surdo, dos intérpretes e professores surdos.

⁴ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 3ª Ed. São Paulo: Fontes, 2002.

É com esses saberes que pretendemos dialogar, traçando um paralelo entre os contextos de inclusão e as artes do fazer dos profissionais envolvidos no processo educativo, com especial ênfase no TILP. Dessa forma, no decorrer das nossas análises convidamos autores (Martins, 2013), (Vieira-Machado e Santana, 2015), (Santos, 2016) que utilizam como base teórica filósofos que analisam diversas temáticas de maneira transgressora, inaugurando assim, novas abordagens nas pesquisas em educação de surdos, bem como sobre a escola inclusiva, os professores e os intérpretes.

Devemos esclarecer que os conceitos abordados por esses autores não serão descritos com a profundidade que gostaríamos, haja vista que não caberiam as valiosas contribuições num só texto, dadas as dificuldades de interpretá-los num curto espaço, todavia nos servirão de ferramentas para nosso trabalho e certamente de novas possibilidades para pensar a atuação dos TILP no Ensino Superior. A escolha desses autores se deu pelo fato dos mesmos trabalharem com abordagens teórico-metodológicas que dialogam com as contribuições filosóficas de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida.

Esses filósofos nos remetem a conceitos que Roudinesco (2004) aponta como desconstrução dos sistemas de pensamento e complementa que o que aproxima os três é muito mais forte do que o que os separa. A começar pela condição a qual são colocados, em Marton (2010)⁵, como “pensadores rebeldes” e explica que vemos em Deleuze e Derrida a desconstrução, e quanto à Foucault, sobretudo em suas obras finais, um olhar para o sujeito (vidas pessoais).

Para darmos seguimento ao texto, faremos a seguir uma síntese histórica da educação de surdos no município de Linhares – ES; seus percursos formativos; os alunos surdos e as TILP que atuavam nas salas de aulas onde estavam matriculados.

⁵ A professora Dr^a Scarlett Marton é filósofa e atua na Universidade de São Paulo (USP). Num vídeo gravado em 29 de junho de 2010 e exibido na TV Cultura, Marton faz aproximações entre o pensamento dos três filósofos (Foucault, Deleuze e Derrida) e faz considerações acerca de como o legado deixado por eles tem repercutido e influenciado pensadores em distintos âmbitos acadêmicos. Para ver mais <http://www.institutocpfl.org.br/cultura/2010/07/01/anticlimax-das-sociedades-contemporaneas-foucault-deleuze-e-derrida-frente-a-crise/>. Acesso em Junho de 2016.

O aluno surdo no ensino superior e o curso de Pedagogia pesquisado

Para falar de alunos surdos no contexto acadêmico devemos desvelar algumas questões que perpassaram a história educacional dessas pessoas para então conquistarem esse espaço. Portanto cabem aqui fragmentos ou como descreve Lopes (2007) “flashes históricos” de como as políticas educacionais voltadas a esse público foram sendo construídas no município onde a pesquisa aconteceu e, paralelo à exposição dos acontecimentos, faremos algumas considerações do presente, sempre revisitando o passado.

Diversas medidas são adotadas para assegurar o direito estabelecido em dispositivos legais que tratam acerca da inclusão de alunos surdos em todos os níveis de ensino. O decreto 5626/2005 é uma das legislações que trata com especificidade as condutas a serem seguidas pelas instituições diante das demandas, em especial no âmbito educacional, no que diz respeito à garantia do direito à educação de pessoas surdas. Esse decreto veio para regulamentar a lei 10436/2002 que reconhece a Libras como língua e dá providências acerca de sua utilização.

No município de Linhares o trabalho com os surdos, em escolas regulares inclusivas, começou somente no ano de 2009⁶ com a criação de escolas polo para receber alunos com surdez. Essas escolas foram selecionadas na região central da cidade a fim de garantir que a inclusão dos alunos fosse feita de maneira a garantir uma educação de qualidade e atender às solicitações legais.

Cabe ressaltar que nesse período eram poucos os profissionais que eram fluentes na língua de sinais brasileira e todos atuavam em igrejas, numa outra perspectiva e relação de trabalho⁷. A maioria não tinha formação em nível superior e nem os cursos que o decreto mencionava.

⁶ No ano de 2003, a Associação Pestalozzi de Linhares deu início a um trabalho de atendimento a crianças surdas. Para desenvolver o ensino da Língua Brasileira de Sinais foi convidada a Profa. Kátiuscia G. B. Olmo, que atuava ministrando aulas, tendo a Libras como língua de instrução. O trabalho se estendeu até o final do ano de 2008, quando o projeto para criação da escola polo, elaborado pela mesma professora e outros foi entregue à Secretaria Municipal de Educação e à Superintendência Regional de Educação.

⁷No ano de 2000, com a chegada da Profa. Kátiuscia G. B. Olmo na cidade de Linhares, o processo de formação de TILSP começou de maneira voluntária e de cunho religioso. Os sete alunos formados (a princípio para atuar na igreja) foram os primeiros a assumir o trabalho nas escolas do município.

As escolas pólo, além de possibilitarem o contato com os pares linguísticos, asseguravam que os poucos profissionais existentes na região atendessem à demanda de alunos surdos existente.

Com o passar dos anos, os alunos surdos foram se formando na educação básica e buscando formações específicas para atuarem em diversos campos de trabalho. Dentre os cursos, destaca-se o de Pedagogia. O Decreto 5626/2005 também prevê professores surdos no quadro de profissionais para atuar com alunos surdos. Assim, estes profissionais devem possuir curso de Licenciatura para atuar nas escolas com o ensino de Libras, uma vez que todos os alunos surdos do município eram filhos de ouvintes, logo a língua de sinais era aprendida em instituições como a igreja, e, posterior ao dispositivo legal, começou a ter oferta obrigatória no contra turno pelo Atendimento Educacional Especializado das escolas regulares.

Em 2008 ingressava no curso de Pedagogia de uma faculdade pública municipal em Linhares a primeira aluna surda. Na época a faculdade contratou um profissional para fazer a interpretação das aulas. Embora não tenha ocorrido nenhum outro projeto específico o ingresso e a formatura dessa aluna surda serviu de motivação para que outros alunos também buscassem a formação docente.

Até o ano de 2014 nenhum outro aluno surdo havia ingressado na referida instituição. A partir do mesmo ano, o processo seletivo começou a utilizar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como único pré-requisito para ingresso nos cursos de graduação. Nesse período a faculdade contava com três possibilidades de curso: Administração, Direito e Pedagogia, nos turnos vespertino e noturno.

Em 2015 o curso de Pedagogia, recebeu outra aluna surda via processo de transferência externa e passou a contar com duas alunas surdas matriculadas em turnos e períodos distintos. As aulas ministradas nas classes contavam com a presença de duas tradutoras/intérpretes, ambas com nível superior e certificadas pelo exame de proficiência em tradução em interpretação de Libras (Prolibras)⁸.

⁸ Exame Nacional de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Prolibras). Promovido pelo Ministério da Educação que certifica pessoas proficientes em Libras, para atuarem como professores, instrutores ou tradutores/ intérpretes de Libras.

Conforme relata uma das profissionais⁹ que atuavam nas salas da faculdade lócus desse estudo:

Interpretar no ensino superior é diferente. Os termos utilizados são outros e as aulas mais específicas. Embora eu também tenha me formado em Pedagogia percebi que precisava refazer muitas leituras para me apropriar daqueles saberes e posteriormente conseguir traduzi-los. Muitos conceitos proferidos em sala de aula não eram utilizados pela aluna, porque ela ainda não os conhecia. Eu precisei buscar em outros cursos, colegas que também atuavam no mesmo nível de ensino para “trocar figurinhas”, mas enquanto não encontrava os léxicos necessários, nós os convencionávamos para uso imediato (intérprete A).

A questão da formação profissional está evidente na situação pronunciada pela TILP. O fazer tradutório é híbrido e evoca do TILP educacional uma flexibilização contextual, pois estar num nível em que se exigem competências mais específicas para o ofício que lhe cabe, conduz o profissional a atitudes que nem sempre seguem a mesma temporalidade e simetria das aulas ministradas.

Como exemplo, podemos citar que o processo de interpretação simultânea no ambiente escolar requer constantes intertextualizações entre o discurso proferido e aquilo que é traduzido. Martins (2013) descreve que inclusive na tradução consecutiva – que seria realizada um tempo posterior à fala do professor, com certa espera ou pausa na versão – o tradutor é conduzido pelo aluno a “recorrer por outras veredas que lhe sejam mais significativas; e nisso a fala do professor já teve um norte, que nem sempre é o escolhido na hora da intervenção com o aluno surdo” (p. 30). A autora ainda indaga: “certo ou errado? Isso ocorre” (p.31). E desenvolve argumentos revelando os pontos que favorecem essa atitude.

Buscar outras veredas é o foco das próximas seções desse texto. Abordaremos como o trabalho dos tradutores, sujeitos desse estudo, se desenvolveu a fim de (des)construir saberes e dialogar conhecimentos. Retomaremos trechos das entrevistas com as alunas e as profissionais para desvelar o desenrolar do processo.

⁹ No decorrer do texto vamos utilizar as narrativas das profissionais que foram respondidas via e-mail. Também faremos uso das narrativas das alunas a fim de embasar aquilo que o trabalho busca evidenciar. Tanto o nome das profissionais, quanto o nome das alunas serão colocados em letras para preservar a identidade dos entrevistados.

O lugar do tradutor/intérprete educacional na construção de saberes

Sobre a atuação das profissionais em sala de aula destaca-se a função de interpretação simultânea (em tempo real da fala) da língua portuguesa para a língua de sinais brasileira. Embora o processo de tradução de uma língua para outra exija um esforço mental intensificado, as profissionais não atuavam em duplas, o que acarretava num desgaste mental e frequentes omissões de informações. Acerca desse fato relata uma das alunas do curso:

Eu sinto que a tradutora nem sempre consegue passar todo o conteúdo abordado na aula. E não estou me referindo à incompetência no ato de traduzir, mas no tempo de atuação sem revezamento ao qual é submetida. Acho que seria melhor que tivesse outro profissional para atuar em conjunto (Aluna A. Tradução nossa).

A atuação dos profissionais que trabalham com tradução e interpretação da Libras-Português na instituição pesquisada é regulamentada por um documento interno, escrito no ano de 2014. As atribuições dos TILP não se limitam às salas de aula visto que o próprio termo tradutor carrega em si uma conceituação mais abrangente que a própria ideia de interpretação. Conforme conceitua Pagura (2003) sobre a distinção entre os termos, a ênfase no conhecimento linguístico necessário ao processo de tradução está na língua escrita, ao passo que na interpretação se faz necessário o domínio da língua oral (p. 230).

Dialogando o contexto de atuação dos TILP com vistas ao Decreto 5626/2005 também encontraremos subsídios de orientação. A pesquisadora Albres (2015) nos chama atenção para o conceito que o termo “didático-pedagógicas” carrega. Segundo ela, há possibilidade de construção de diferentes sentidos conduzidos pela posição social ocupada por aqueles que leem o documento, ou mesmo, há sentidos diversos pretendidos pelos que enunciam em contextos específicos e envolvidos em interesses particulares (p. 51a). A autora ainda elenca algumas das possibilidades de atuação além da sala de aula, especificando:

[...] a interpretação no processo e produção de tarefas em contra turno; o acompanhamento da organização de seminários escolares

(atividade em conjunto com os alunos surdos e seus colegas ouvintes); mediar o estudo em grupo dos alunos, interpretar estudo dirigido aos alunos surdos em horário contrário ao das aulas; interpretar visita a outras instituições (museus, feiras, etc.). Há uma gama de atividades desenvolvidas pela escola as quais podem ser atribuídas como espaço de atuação cabendo ao intérprete educacional acompanhar (ALBRES, 2015, p. 51).

Nesse sentido os profissionais e as alunas surdas solicitaram uma nova proposta de trabalho que contemplasse amplamente o termo destacado em Albres (2015) (didático-pedagógicas). A justificativa pode ser claramente observada nas falas das entrevistadas:

Às vezes sinto que estou perdida no conteúdo da sala. A professora chega com um tema novo, falando de um novo autor e, eventualmente me faz perguntas sobre o que achei. É claro que se ela explicar alguma coisa eu posso fazer algum comentário, mas quando comparo aquilo que eu respondi com as respostas de outras alunas (que leram os textos de referência) sinto que sempre estou perdendo (aluna B – tradução nossa).

Na mesma direção relata uma das profissionais:

O ensino superior exige dos alunos **uma gama diversificada de leituras**. Eu tento contextualizar muita coisa, mas **o tempo nem sempre colabora**. Nem sempre tenho acesso aos textos com antecedência, mas quando os tenho, outra vez **o tempo atrapalha**. A carga horária de trabalho na instituição é restrita apenas para atuação em sala, esse agravante além de não nos proporcionar um horário específico para **planejamento** e estudar aquilo que vamos interpretar, nos obriga a **assumir outros espaços de trabalho** a fim de complementar a carga horária restante. É de fato muito difícil... (TILP 2 – grifos nossos).

Os termos destacados acima foram escolhidos como base para solicitação por meio de um projeto que visava sanar algumas dessas demandas apontadas pelas alunas e pelas TILP. A Faculdade contratou outro profissional¹⁰ para atuar especificamente com a tradução dos materiais trabalhados nas salas do curso em que as alunas estavam matriculadas.

Seguindo essas orientações e baseando em outros autores que dissertam acerca da tradução, foi criado no ano de 2015 um laboratório de tradução para artigos científicos, capítulos de livros, textos de pesquisas realizadas fora da sala e avaliações das alunas. Além disso, a sala funcionou

¹⁰ O trabalho de tradução além de contar com um terceiro tradutor, contou com uma equipe de estagiários oriundos do curso técnico em tradução e interpretação oferecido pela Secretaria Estadual de Educação. Sabíamos que uma equipe de profissionais tradutores (ouvintes e surdos) seria o ideal a ser pensado para a atuação, todavia foi o que o momento possibilitou que acontecesse. O projeto piloto no município, embora contasse com escassez de profissionais e recursos tecnológicos, trouxe muitos benefícios que serão abordados ainda nesta seção.

para realização de reuniões com professores que atuavam nas salas onde as alunas estavam matriculadas, bem como encontros periódicos para organização de eventos de âmbito acadêmico científico.

A dinâmica do trabalho funcionava da seguinte forma: os professores do colegiado solicitavam que todos os alunos lessem um artigo específico de suas respectivas disciplinas e os disponibilizava via e-mail. As alunas solicitavam que esses textos fossem traduzidos para a Libras para garantir maior compreensão das terminologias utilizadas na composição do material.

O decreto 5626/2005 também prevê o uso de tecnologias para assegurar que a educação dos surdos seja dada de maneira eficaz. Conforme consta no documento:

Disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005. Artigo 01, § 1º, Inciso VIII).

Dessa maneira as alunas além de se apropriarem do texto na versão em Língua Portuguesa também os tinha na versão em Língua de Sinais Brasileira, configurando uma nova possibilidade de acompanhar o discurso, se apropriando das minúcias nele existentes.

As avaliações também passavam pelo procedimento da tradução e nesse caso a logística é um pouco distinta. Os docentes enviavam com 30 (trinta) dias de antecedência à coordenação as avaliações (compostas estruturalmente de 05 questões objetivas e 04 discursivas) que pretendiam aplicar na turma. As mesmas avaliações eram revisadas e encaminhadas ao laboratório de tradução para que fosse feito um estudo dos termos, sua organização e os objetivos das questões. O tradutor, quando se sentia inseguro com algo a ser feito, buscava nos docentes as respostas às inquietações, promovendo um diálogo em que ficavam expostos os critérios de avaliação, bem como o que se esperava das alunas.

Nos dias de aplicação das provas as alunas tinham a possibilidade de responder apenas em língua portuguesa ou complementar via gravação para posteriormente passar pela tradução.

Esse processo se justifica pelo fato do surdo possuir como língua natural a Língua de Sinais (no caso dos surdos brasileiros, a Libras) e a Língua

Portuguesa como língua adicional, considerando o que prevê o decreto quando menciona a educação bilíngue para pessoas surdas. A respeito dos ganhos oriundos dessa proposta de trabalho, uma das alunas descreve:

[...] agora quando vou fazer alguma pergunta para os professores sigo outros caminhos. Ao invés de perguntar que conceito era aquele mencionado em sala, eu já chegava com certo entendimento daquilo que seria ministrado nas aulas. [...] as traduções das avaliações também mudaram muito a forma de fazer as provas, porque agora o tradutor tem acesso ao conteúdo com antecedência e a gente percebia como as TILP tinham que correr contra o tempo antes do quando não tínhamos as provas gravadas. (Aluna A – Tradução nossa).

Os resultados obtidos nessa nova dinâmica de trabalho foram benéficos para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem das alunas surdas. Aos docentes, o desenvolvimento das alunas foi nítido e pode ser evidenciado com maior interação em sala de aula. Às TILP que atuavam em sala, a prática de interpretação tornou-se mais simétrica à fala dos professores. Uma das alunas mencionou que sabia que um tradutor atuando não seria suficiente, mas a mudança de direcionamento nas atividades acadêmicas mudou significativamente sua maneira de estar e permanecer na instituição.

Repensando o ser tradutor intérprete de libras: o papel do intelectual e a prática política

Pensar a formação dos TILP, no nosso caso específico, aqueles que atuam no Ensino Superior, é um tema caro para nosso tempo. Nas sessões anteriores nos dedicamos a pensar sobre a como se dá a educação de surdos no município de Linhares – ES, e como se desenvolveu o trabalho dos TILP, com foco no ensino superior público da referida cidade.

Nessa última parte nos cabe refletir sobre a prática dos profissionais TILP, analisando por outras vias como concebê-lo como um intelectual operando em constante prática política.

Considerar o TILP como intelectual nos remete aos trabalhos que inauguram uma nova maneira de refletir sobre este profissional em sua atuação. Seguindo essa lógica, Vieira-Machado e Santana (2015) no texto “Reflexões sobre o trabalho de tradução e interpretação em línguas de sinais

como prática ética e política no cuidado de si” buscam refletir sobre a prática ética e política.

Partindo de uma análise nos estudos acerca dos profissionais TILP, os autores buscaram evidenciar a necessidade de argumentar sob a ótica foucaultiana e problematizar as maneiras como são conduzidas as práticas para além de uma postura comportamental.

Nesse sentido Vieira-Machado e Santana (2015, p. 157) buscam conceitualizar o intelectual específico como um sujeito que:

[...] age segundo outra relação entre teoria e prática, pois atua, diretamente, sobre problemas práticos, locais. Deleuze, em conversa com Foucault (FOUCAULT, 2005, p. 69), afirma que “uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio mais ou menos afastado”. Foucault, em resposta, coloca: “É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local é regional, como você diz: não totalizadora” (FOUCAULT, 2005, p. 71). E Deleuze completa: “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas [...]. É preciso que sirva, é preciso que funcione” (VIEIRA-MACHADO; SANTANA, 2015, p. 157 apud FOUCAULT, 2005, p. 71).

Abordando sobre a mesma ótica, Santos (2016) em sua dissertação de mestrado, também elege algumas pesquisas para tratar acerca do profissional intérprete como intelectual específico. Dentre as produções citadas, as de Xavier (2012) e Martins (2013) merecem destaque, pois o percurso metodológico se assemelha ao nosso e nos serviu de base para dialogarmos sobre a inserção desse profissional no ensino superior.

A autora Xavier (2012) faz uma análise acerca dos intérpretes educacionais que atuam no ensino fundamental e de como se dá o processo de formação e contratação precoce dos mesmos. Segundo a autora:

[...] algumas Secretarias de Educação, preocupadas em resolver o problema da inclusão do surdo, mas sem possibilidades imediatas de fazê-lo de pronto, resumem a inclusão desse aluno à contratação de intérpretes de Libras para cada sala ou espaço onde houver aluno surdo, sem, no entanto, apresentar uma política definida do trabalho desse profissional, uma discussão ética e produtiva ou até mesmo um projeto pedagógico e político de inserção do intérprete de Libras no espaço escolar. Nesse contexto, observamos a contratação de intérpretes, pessoas com apenas os cursos de Libras básico, de 120 horas, e sem nenhuma reflexão sobre as especificidades de sua atuação no espaço educacional (XAVIER, 2012, p. 33-4).

Para Xavier (2012) há necessidade de repensar a formação desses profissionais que atuarão no processo de escolarização de alunos surdos. O foco dessa pesquisa, embora tenha sido realizada na educação básica reflete com muita semelhança o que ocorre no nível superior. Esse fato é evidenciado na pesquisa feita por Lacerda e Gurgel (2011), onde as autoras sintetizam o perfil dos profissionais que atuam no nível superior enfatizando a necessidade de reflexão sobre a formação dos mesmos.

Voltando ao texto de Vieira-Machado e Santana (2015) para tratar de dispositivos legais acerca dessa formação, notamos que são claras as legislações que tratam acerca da formação desse profissional, bem como os resultados alcançados após sua criação. Os autores destacam que,

Esses dispositivos governamentais que apresentam demandas educacionais, linguísticas e tradutórias se tornam um fio condutor para a elaboração de produções na área da tradução e interpretação, bem como ações de formação. Como exemplo, pode-se citar dicionários bilíngues, glossários, traduções literárias, curso de graduação em nível de licenciatura e bacharelado (formação de professores e de tradutores e intérpretes), materiais didáticos e produções acadêmicas – como teses e dissertações na área dos Estudos da Tradução e da Interpretação, da Literatura, da Linguística, da Educação, entre outras – e eventos específicos da área (2015, p. 154).

Buscando aproximar o exposto acima, buscamos em Martins (2013), que analisa a “função” dos TILP como sendo da ordem “relacional”. A autora cita Deleuze (1974) para descrever que os acontecimentos cotidianos “refere-se às interferências de um no/sobre o outro, ou seja, as interligações só existentes no encontro com o outro, os laços e enlaces que um inscreve no outro” (p. 197).

Nessa via, estabelecer uma analogia daquilo que denominamos como “A Prática Política do TILP”, e aquilo que Deleuze (1974) apud Martins (2013, p.197) trás como acontecimento, veremos que:

[...] esses eventos que interferem em nossa dinâmica nos torna outros a partir deles, fazendo da vida um constante movimento, efeito dessas relações incorporais que nos encontros materializam-se, tornando-se parte da multiplicidade que nos compõe.

Traçamos um breve panorama acerca de trabalhos que dissertam acerca da formação do profissional TILP, pois acreditamos que entendê-lo como intelectual nos espaços onde atua, de acordo com Santos (2016), assumindo a responsabilidade de não estabelecer modelos fechados, uma vez

que nessa área aquilo que cabe a esse profissional, vai além de um simples envolvimento e comprometimento com a interpretação em si. O ser Tradutor e Intérprete de Libras requer, nesse contexto, dialogar possibilidades de atuação que estão para além daquelas prescritas em códigos de ética, pois além de analisar as políticas que permeiam as práticas dos TILP, a necessidade de repensar a própria prática enquanto política.

Considerações Finais

A partir das colocações resultantes das análises aqui apresentadas, o estudo obteve como resultados aspectos relevantes. Embora o foco tenha sido a atuação dos TILP no Ensino Superior, optamos por relatar como se desenvolveu o trabalho desses profissionais no município de Linhares – ES.

As entrevistas com as alunas surdas nos fez desvelar a dinâmica do trabalho realizado em uma instituição de Ensino Superior Municipal, dimensionando-as à atuação de TILP evidenciadas em outras pesquisas. Silva e Oliveira (2016) também trataram acerca das ações do intérprete educacional e concluíram que “a interpretação se entrelaça com os processos de ensino e de aprendizagem”, logo novos olhares devem ser lançados para a atuação desse profissional.

Assim como Martins (2013) conclui sua tese com um convite a repensar a atuação dos TILP, este “como aquele que se traduz no ensino”. Nesse ponto, notamos que os materiais disponibilizados em Libras para servir de fonte de estudo para as alunas, ampliaram as vias de diálogo com os saberes do universo científico, proporcionando reflexões acerca daquilo que os docentes traziam como discussões.

O campo de pesquisa acerca da formação dos TILP começa ser explorado por outras redes, mesmo que de maneira tímida. Contudo, problematizar a formação e atuação desses profissionais, assim como as pesquisas que tratam desse tema, é uma maneira que rompe com as formas de pensar produzidas em nosso tempo.

Por fim, o mesmo texto que nos serviu de inspiração para iniciar este estudo, também nos será útil para (não) finalizar. Lispector conclui sua reflexão advertindo que o exercício do pensamento carrega surpresas, “começa-se a

brincar de pensar, e eis que inesperadamente o brinquedo é que começa a brincar conosco. Não é bom. É apenas frutífero”. É imbuídos desse pensamento que inferimos sobre o tradutor intérprete de Libras no Ensino Superior, como uma das formas de proporcionar inclusão de discentes surdos. Cientes que a presença desses cria demandas e situações que não eram comuns desse espaço, o que pode ser visto em um primeiro momento como ruim, mas que ao transcorrer do processo se revela frutífero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 18 jun. 2016.

DERRIDA. J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LACERDA. C. B. F; GURGEL. T. M. A. **Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.3, p.481-496, Set.-Dez., 2011.

MARTINS, V. R. de O. **Posição-mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional** 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Silvana Aguiar. **Intérprete de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades**. Florianópolis; UFSC, 2006, 198f. Dissertação (mestrado) -

Programa de Pós-graduação e Educação, Centro de Ciências da educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SANTOS, J. C. C. **A formação do tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais como intelectual específico: o trabalho de interpretação como prática de cuidado de si.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2016.

Vieira-Machado. Lucienne Matos da Costa; Santana. Jefferson Bruno Moreira. **Reflexões sobre o trabalho de tradução e interpretação em línguas de sinais como prática ética e política no cuidado de si.** Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 149-173, jul-dez, 2015.

XAVIER, Keli Simões. **O lugar do intérprete educacional nos processos de escolarização do aluno surdo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2012.